

**EFEITOS DA LINGUAGEM NO IDIOMA HELÊNICO:  
a origem da razão ocidental**

*EFFECTS OF LANGUAGE IN THE GREEK IDIOM:  
the origin of the West reason*

*José Provetti Júnior<sup>(\*)</sup>*

**Resumo**

Esse artigo propõe reflexões sobre os fenômenos da linguagem na Hélade arcaica e clássica enquanto meio de manifestação da razão Ocidental, partindo do pressuposto de que o pensamento filosófico tornou-se possível após radicais mudanças culturais originadas nos fatos sociais da civilização Minóica e nos vetores condicionantes na *polis* arcaica, sendo uma abordagem dos parâmetros semióticos helênicos.

**Palavras-chave:** Filosofia Antiga. História Helênica. Linguagem Helênica Arcaica.

**Abstract**

This essay reflects on the phenomena of the hellas larchaic and classical language as a means of manifestation of Western reason, assuming that the philosophical thought became possible after radical cultural changes arising in the social facts of the Minoan civilization and the vector constraints in the archaic polis, being a semiotic approach Hellenes parameters.

**Keywords:** Ancient Philosophy. Hellenic History. Archaic Hellenic Language.

O subtítulo deste capítulo pode causar no leitor uma impressão distorcida daquilo que se propõe. Certamente açambarcar a multiplicidade ciclópica da cultura grega seria um trabalho digno dos deuses, o que obviamente não é o que se pretende.

Por que propor uma investigação sobre o papel da linguagem em idioma helênico, mesmo sem um olhar especializado sobre a língua grega? Pensa-se que ao se buscar nas origens do código dos antigos as estruturas linguísticas que explicitam a própria possibilidade de comunicação e interação social do povo helênico, poder-se-á penetrar mais facilmente no universo da razão filosófica em suas origens.

---

(\*) Mestre em Cognição e Linguagem pela UENF, mestrando em Filosofia Moderna e Contemporânea pela UNIOESTE - Toledo, especialista em História, Arte e Cultura pela UEPG, especialista em Saúde para Professores dos Ensinos Fundamental e Médio pela UFPR, Graduado e licenciado em Filosofia pela UERJ, graduando em Pedagogia pela UEM, professor, pesquisador voluntário do Núcleo de Estudos da Antiguidade - NEA - UERJ, pesquisador do Grupo de Estudos Karl Popper - UNIOESTE - Toledo e coordenador do Grupo de Pesquisa Filosofia, Ciência e Tecnologias do IFPR - Assis Chateaubriand. E-mail: jose.provetti@ifpr.edu.br

Tal procedimento se inspira nos trabalhos de Piaget *apud* Taille (1992, p. 15) para quem “[...] a inteligência humana somente se desenvolve no indivíduo em função das interações sociais [...]”. Isto é, com base no princípio de que a sociedade é formada por agrupamentos de indivíduos que se desenvolvem através de suas interações, visa-se compreender neste texto como se deram as referidas interações e como elas se constituíram a partir da língua grega, bem como possivelmente condicionaram a própria linguagem utilizada pelos filósofos a partir do século VII a. C.

Por “social” compreende-se tanto as tendências hereditárias que levam à vida em comum e à imitação, como as relações exteriores dos indivíduos entre eles, pois crê-se que desde o ventre o desenvolvimento intelectual é simultaneamente obra da sociedade e do indivíduo, como mencionou Joffily (2005), nas aulas de Bases Conceituais da Neuropsicologia Cognitiva da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Ainda remetendo a Piaget *apud* Taille (1992, p. 16), observa-se que, “[...] o porvir da razão individual é erguer-se acima desta base social comum, de lhe ser superior [...]”, pois no seu desenvolvimento a razão é incessantemente esculpida pelas diversas determinações sociais. Neste sentido, como informa Koch (2000, p. 7) a comunicação não é uma ação explícita linguisticamente, pois faz-se necessária a elaboração de um discurso passível de dar conta das intenções de maneira argumentativa e, nesta medida, Taille (1994, p. 19) descreve que para Piaget o ser social de mais alto nível seria justamente aquele que consegue relacionar-se com seus semelhantes de forma equilibrada, pois por “equilíbrio” entende “uma troca de pensamentos que supõe: 1) um sistema de signos e de definições; 2) uma conservação das proposições válidas obrigando aquele que as reconhece como tal e 3) uma reciprocidade de pensamentos entre os interlocutores.”

Nessa medida, aproximando-se do objeto desse artigo, pergunta-se: como funcionava a língua grega à época de Platão e como eram apreendidas as comunicações em nível cognitivo?

Para se responder a essa questão necessário se faz retornar no tempo e verificar que, qual um ser vivente, a língua tem seu surgimento em determinado momento e em determinado espaço geográfico no seio de um agrupamento humano. Investigar suas origens é compreender como se configurou em seus primórdios; é, em certa medida, buscar compreender e estudar as estruturas sociais que estiveram envolvidas nesta gênese, pois desta forma, como assevera Koch (2000, p. 12) “[...] a linguagem passa a ser encarada como

forma de ação, **ação sobre o mundo dotada de intencionalidade**, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade.” (Grifo nosso).

Para alcançar tal objetivo procede-se conforme indica o método fonológico que se utiliza do procedimento fundamental a saber, o estudo dos fenômenos linguísticos conscientes ao estudo de sua infraestrutura inconsciente conforme Strauss (1970, p. 22) orienta e nesta medida, encarar-se-á a linguagem como um fenômeno social, pois ela apresenta mais claramente dois caracteres fundamentais, quais sejam:

1) quase todas as condutas linguísticas se situam no nível do pensamento inconsciente, pois falando não temos consciência das leis sintáticas e morfológicas da língua em utilização no momento da comunicação e 2) a falta de apreensão intuitiva persiste mesmo quando formulamos as regras gramaticais e fonológicas de nossa língua.

Considerando que a língua e a cultura são duas modalidades paralelas de uma atividade fundamental do espírito humano e que a língua vive e se desenvolve como uma elaboração humana, procura-se na linguagem entendida como fenômeno comunicacional entre falantes de um mesmo código, um modelo lógico que possa ajudar a compreender a estrutura, origem e utilização concretas na sociedade de Platão. Diz-se “concreta”, pois necessário se faz recordar Hegel *apud* Mondolfo (1970, p. 37):

O espírito de um povo é um indivíduo natural, e assim floresce, amadurece, envelhece e morre; alcançando seu fim, caminha para sua morte natural [...] pode continuar vegetando durante longo tempo, mas já não vive [...] Assim morrem os indivíduos, assim morrem os povos, de morte natural.

Teria morrido a cultura helena clássica com sua língua e retornado à vida, qual Fênix, com o Renascimento? Em que medida pode-se afirmar que somos herdeiros integrais da cultura helênica? Por trazer-lhe estampada em algumas de nossas instituições traços característicos? Por trazê-la implícita na língua, costumes e crenças? Saber-se-ia identificá-las no dia a dia? Que força (vitalidade) ainda guardam?

O que está implícito nessa proposta é conhecer o máximo possível, nos limites previstos pelo artigo, a originalidade da linguagem<sup>1</sup> na língua grega e captar sua ação na construção das principais questões de nossa cultura, talvez mais que isso, buscar compreendê-las à época de Platão.

O Mediterrâneo Centro-Oriental é compreendido na Europa pela atual Itália, então chamada Magna Grécia e a Sicília, a Macedônia, a Trácia, a Península Helênica, compreendida pelo Épiro e Peloponeso, as várias ilhas do Mar Egeu com a de Creta ao

---

1 Por “linguagem” compreende-se o elemento estruturador da relação do homem com o real.

centro, o Mar Cáspio, a Cítia, a Ásia Menor, compreendida pela Lídia, Frigia, as ilhas de Rhodes e Chipre, no Oriente Próximo, a Síria, a Fenícia, a Mesopotâmia e na África, a Líbia e o Egito com o Mar Vermelho a sua direita. Eis o cenário da investigação que levar-se-á a efeito.

Especificamente, o espaço geográfico que se atará é o compreendido pela Grécia continental, insular (espalhada pelo Egeu), Creta, costa da Ásia Menor e Chipre. Antes de tudo é preciso esclarecer que o que se chama “Grécia” nem sempre o foi, nem tampouco o povo que ocupou este espaço ao longo do tempo, a não ser no período clássico. Antes disso outros povos de outras etnias ocuparam esta região e determinaram por herança cultural psicogenética, o que viria a ser a Grécia. A menção que se fará nesse artigo se justifica pelo simples motivo de que vários nomes que os gregos usavam em seu dia a dia não pertenciam a seu idioma, isto é, nomes como os das cidades de Atenas e Corinto, deuses como Atena, *Hestia*, *thálasa* (mar) entre outros, não são de origem gregos, embora utilizados naturalmente pelos nativos da região até nossos dias. Tais culturas anteriores deixaram marcas profundas na vida social e cultural dos helenos de tal maneira que seria temerário não os mencionar.

Conforme verifica-se em Burkert (1993), a ocupação da região conhecida pela historiografia é dividida em três grandes blocos: o primeiro compreendendo o período que vai de aproximadamente 2.600 a 1.500 a. C; o segundo de aproximadamente 1.600 a 1.100 a. C. e o terceiro que vai aproximadamente de 1.200 a 1.050 a. C. No primeiro momento o centro cultural e comercial da região se funda na ilha de Creta, no período chamado Heládico Antigo. Predomina a cultura minoana rica em expressão arquitetônica e na produção de cerâmica exportada para o Levante (Fenícia), reino Hitita e Egito, com quem mantinham através de uma poderosa marinha mercante relações muito estreitas. No auge dessa civilização, possuíam colônias e entrepostos comerciais por quase todo o Egeu, Grécia continental, Levante e Magna Grécia.

Toda a vida social se organizava na figura do rei, ao redor de um palácio sem fortificação. Cada palácio mantinha sua autonomia política e, quando muito, a mais poderosa exercia certa hegemonia comercial. Nunca no âmbito político-administrativo sobre as demais, o que é semelhante com as cidades Fenícias, conforme atesta Harden (1962). Os minos falavam uma língua hoje denominada Línear A, uma espécie de hieróglifo do tipo silábico e que teria saído da escritura genericamente chamada “egéia”,

conforme informam Horta (1970) e Snell (1992).

Em meados do ano 1.600 a.C. chegou à Grécia continental uma tribo de origem indo-europeia que ao se instalar na cidade de Micenas, tomou-lhe o nome e passou a ser conhecida como “micênicos”. Daí se expandiu até meados de 1.400 a.C. quando chegaram à cidade de Cnossos, em Creta. É importante assinalar que este povo era belicoso, de grau cultural inferior aos minóicos, mas rapidamente foi absorvido pela civilização minoana sem porém a destruir, fato muito curioso e atípico nestas circunstâncias.

Ao que parece, em torno de 1.500 a.C. a ilha de Santorino, a qual possuía um vulcão, teria explodido e causado um enorme maremoto. Além de escurecer os céus desta região durante três dias, cobrindo por exemplo, a face ocidental de Creta de grossa camada de cinzas que se espalharam por um raio de 200 quilômetros quadrados, tal acontecimento teria destruído muitos palácios e causado pestes advindas de suas conseqüências, conforme atestam Snell (1992), Braudel (2001), Horta (1970) e Harden (1962). Com o enfraquecimento de suas forças houve como que um enxertar dos micênicos nas estruturas minóicas, de maneira que para os pesquisadores citados acima, esse acontecimento teria facilitado a tomada do poderio marítimo e comercial por parte dos micênicos.

Objetivando o proposto nesse artigo analisar-se-á detidamente a civilização micênica, visto ser ela o ponto inicial do que se conhecerá como Grécia no período arcaico. Os micênicos eram culturalmente (tecnologicamente) inferiores aos minóicos. No entanto, ao invés de destruírem estes, eles foram absorvidos de tal maneira que, ao chegarem a Cnossos em 1.400 a. C a estrutura administrativa anterior foi toda focada para que eles assumissem o papel de gestores do reino, de tal forma que, concomitantemente ao Línear A, que continuou a ser utilizado nas demais cidades de Creta; apareceu o Linear B, pequena variante do A, para que os invasores pudessem compreender a estrutura do reino e as prestações de contas, conforme informa Vernant (1988).

Sem resistência os antigos “parceiros comerciais” foram paulatinamente se fundindo, de maneira que em breve tempo todos os entrepostos comerciais e as relações com os demais povos foram assumidos pelos micênicos, de maneira que em 1.250 a. C foram encontrados documentos escritos em cuneiforme nas cidades de Biblo (Fenícia) e Hattusa (Ásia Menor) em que aparecem relatos informando que os micênicos são os novos dominadores do comércio marítimo, denominados como “os povos do grande verde”, segundo nos informa Harden (1962).

Nesse momento começa o processo de formação da identidade do que futuramente viria a ser a Grécia. Quais foram as modificações essenciais introduzidas pelos micênicos na vida minóica? A reconstituição das bases da sociedade micênica só se tornou possível, parcialmente, após a decifração do Linear B por Michel Ventris em 1953, *apud* Snell (1992, p. 41). Até então não haviam indícios de como funcionava, a não ser pelas raras referências feitas por Homero em suas obras. A propósito disto é interessante frisar, conforme explica Snell (Idem) que “... a famosa guerra de Tróia, teria sido uma guerra especificamente micênica.” Vale recordar que os micênicos, tanto quanto os minóicos em sua linha de continuidade, mantiveram estreitas relações com povos do Oriente Próximo, como os egípcios, aos quais vez por outra forneciam contingentes militares como por exemplo, pela ocasião da expulsão dos hicsos, os fenícios, os hititas, os hurritas, os babilônios e outros grupos. De maneira que toda a sua produção de cerâmica, ourivaria e metalurgia de bronze seguiam em linha de dependência para suprir as necessidades desses povos, em especial, os hititas e egípcios. Tamanha era a proximidade que muito da vida, dos gostos, costumes e crenças desses povos se encontram retratados nos afrescos dos artistas minóico-micênicos.

Segundo se depreende da tradução das tábuas de argila encontradas no palácio de Cnossos e Pilos, a vida social era centralizada em torno do palácio, que exercia simultaneamente o papel religioso, político, militar, administrativo e econômico, conforme assevera Vernant (1988). O rei centralizava e unifica em sua pessoa todos esses poderes na representação da soberania. Nesse particular são interessantes as análises levadas a efeito por Cornford (1989) nas quais ele aproxima o papel dos reis micênicos ao dos reis hititas e das grandes civilizações fluviais em seu aspecto divino de renovador e reiniciador do tempo e do cosmos, caracterizando e patenteando assim as estreitas relações entre essas culturas que segundo Snell (1992): “... o palácio é não só a mais importante, mas constitui muitas vezes a única empresa econômica; o príncipe (rei) é o primeiro dos produtores e dos financeiros, e também o primeiro cliente.”

O controle de tudo o que ocorria no palácio era registrado por escribas que constituíam uma classe profissional fixada na tradição composta por uma hierarquia complexa. Desempenhavam o papel de inspetores reais, controlavam tudo minuciosamente em todos os setores da vida econômica e da atividade social. Segundo Vernant (1988), no sistema palaciano não haveria espaço para o comércio privado, todavia, Harden (1962) informa que na ilha de Chipre e em cidades fenícias do Levante, como Biblo e Tiro

constam já desde as épocas de exclusiva ação minóica e, posteriormente micênica, a presença de colônias de mercadores em bairros dessas cidades, provenientes do *grande verde*, intermediando as transações comerciais entre eles e o Egeu.

Toda a distribuição e intercâmbio, assim como toda a produção de bens eram regulamentados pela administração real. O palácio era o centro de um circuito produtivo e de prestações de serviços, trabalhos e gratificações, bem como de gêneros, rigidamente codificados e controlados, contabilizados de maneira a ligar os diversos pontos do país. Vale lembrar que a existência do palácio não limitava a existência de agrupamentos humanos ao seu redor. Dentro do território por exemplo, da cidade de Micenas, além da cidade propriamente dita haviam aldeias distribuídas por sua extensão, também dependentes politicamente do palácio.

M. E. Palmer *apud* Vernant (1988) informa que as analogias entre micênicos e hititas eram tão intensas que as instituições descritas abaixo, são praticamente espelhadas, como por exemplo: a proximidade dos costumes. O entorno do rei, compreendendo pessoas próximas como que numa coorte (embora não se possa considerar aproximação alguma com a concepção moderna médio-absolutista do termo no Ocidente) e a existência de uma assembleia de guerreiros que representavam à comunidade.

Dessa classe eram escolhidos pelo rei os condutores de carros de combate, traço profundamente análogo com o reino Hitita, conforme assinala Vernant (1988). No início a realeza era eletiva, mas passa ao uso da sucessão dinástica posteriormente. A classe dos guerreiros é diferente dos aldeões. Não há por parte dos guerreiros, um vínculo de vassalagem como na Idade Média Ocidental, nem tampouco um vínculo como funcionários do Estado, mas são pessoas com vínculos pessoais de submissão ao rei.

Visto tamanhas proximidades quais foram as verdadeiras inovações que os micênicos trouxeram aos minóicos? Basicamente a diferença é a arquitetura palaciana. Enquanto os minóicos eram formados por dédalos de compartimentos dispostos em aparente desordem em torno de um pátio central, construído no mesmo nível da região, sem defesas e com ligação direta para as estradas; os micênicos têm ao centro um *mégaron* (sala de reunião) e a sala do trono é uma fortaleza cercada de muros e passível de suportar um cerco. Possui uma cidadela que abriga, ao lado da casa real e suas dependências, as casas dos familiares do rei e a dos dignatários do palácio. Resumidamente, tem um papel militar defensivo.

Com essas simples observações arquitetônicas já é notável uma diferenciação na forma de organização social, embora os traços culturais e tecnológicos dos minóicos permanecessem cultivados até o fim do período micênico em plena vitalidade, sem interrupção, isto é, embora os danos causados pela catástrofe de Santorino, os palácios foram reconstruídos com a nova formatação e a escrita adaptada aos novos senhores do Egeu.

O rei era chamado *wánax*, abaixo dele vinham os escribas e, após os *lawagetes* (chefes do laós, “o povo em armas”, espécie de oficiais entre o palácio e as unidades militares) e em seguida, os *pasireu* (*basileu*), uma espécie de vice-rei no âmbito das aldeias, senhor de um domínio rural e vassalo do *wánax*, exercia a fiscalização da distribuição das cotas de bronze aos ferreiros e de outros gêneros. Além desses havia o Conselho dos Velhos, a *kerosija* (gerousia) que conforme atesta Vernant (1988), confirma a relativa autonomia da comunidade aldeã em relação ao palácio. Os membros da *kerosija* eram os chefes das casas mais importantes da aldeia. Destas saíam os peões para compor a infantaria dos exércitos do *wánax*.

Nessa assembleia, à maneira das assembleias de guerreiros que Homero tão bem descreve na *Iliada* (1970), nas discussões sobre as necessidades da aldeia, apenas os chefes tomavam a palavra, limitando-se os demais a expressar seus sentimentos apenas através de um rumor de aprovação ou descontentamento, conforme informa Vernant (1988). Por último, observa-se a figura do *korete* (espécie de regente da aldeia que associado ao *basileu* que exercia também a função religiosa), exercia a função militar. Das observações conclui-se: o *wánax* possuía um aspecto belicoso, apoiado numa aristocracia guerreira, os chamados “homens dos carros”, sujeitos à sua autoridade, mas que formam no corpo da sociedade e na organização do exército do reino um grupo privilegiado com seu estatuto particular e gênero de vida próprios.

As comunidades rurais não estavam numa dependência tão absoluta em relação ao palácio que não pudessem subsistir sem ele. A organização do palácio com seu pessoal administrativo, suas técnicas de contabilidade e de controle, sua regulamentação estrita da vida econômica e social apresentava um caráter de plágio das grandes civilizações, pois todo o sistema repousava no emprego da escrita e na constituição de arquivos. Foram os escribas que transformando o Linear A adaptaram-no ao dialeto dos micênicos e criaram o Linear B, através disso os métodos administrativos palacianos se irradiaram por toda Grécia

continental.

Nesse ponto é importante abrir um parêntese e entender a base dessa estrutura social, isto é, a família micênica que conforme Coulanges (1998), viria a ser a base da *polis* clássica. Segundo este autor a família micênica pertencia enquanto fato social à estrutura social básica de um dos grupos indo-europeus que chegaram à Grécia em levadas migratórias que assolaram a região.

Era basicamente estruturada na religião. No entanto é preciso compreender em que sentido se dava essa religião. Inicialmente vale lembrar que a Grécia nunca conheceu em seus períodos arcaico e clássico uma religião monoteísta à semelhança e com a amplitude da religião cristã. Nem tampouco com um sacerdócio organizado nos moldes desta ou como no das civilizações egípcia, babilônica, judaica e, posteriormente persa. Basicamente a estrutura é a seguinte: o patriarca é o chefe do *genos* (família que compreendiam vários ramos de parentesco vinculados necessariamente ao ramo central em linha masculina e o que em tempos de Roma seriam chamados *clientes* e escravos). O patriarca instituiu os ritos, cerimônias e deuses a serem cultuados, bem como o contato com os ancestrais do *genos* até a quinta geração, conforme nos informa Coulanges (1998) que tinham seu papel como deuses *epiktônios*, conforme verifica-se em Vernant (1990), familiares que eram enterrados no centro do *oikos* (casa), sob a *hestia* (lareira doméstica) até certo momento e, posteriormente, num túmulo próximo à residência.

Mesmo mediante este “afastamento” os ancestrais eram representados pelo Lar, isto é, a *hestia* onde eram cultuados, consultados para fins diversos pertinentes a toda a tramitação processual para casamentos, ignação de novas crianças do grupo, adoção, recepção de estranhos e de novos escravos; tudo era objeto de referência à *hestia* que posteriormente seria incluída no panteão Olímpico, dada a sua importância capital para o futuro direito que estava em gestação no seio da família.

Apenas o patriarca oficiava e ditava as regras do culto. As mulheres do *genos* tinham por ofício, nesta religião, zelar pela chama da *hestia* que no simbolismo do culto representava a vitalidade existencial do grupo bem como o umbigo representativo da vinculação dele à terra onde estava assentado o *oikos*, conforme informam Coulanges (1998), Burkert (1993) e Vernant (1990).

Essa estrutura assim permaneceu até meados dos anos 1.350 a.C. aproximadamente, quando o palácio de Cnossos foi parcialmente destruído. Não são conhecidas as causas.

Talvez um terremoto, fenômeno muito comum na região, talvez uma revolta dos nativos, os historiadores divergem quanto às explicações. O fato é que o palácio foi reconstruído a até 1.200 a.C. e funcionou normalmente.

Todavia, isto demonstrou certa vulnerabilidade do mundo micênico. Cnossos era o mais importante centro cultural, comercial e administrativo após Micenas, na Grécia continental. Entre 1.200 e 1.100 a. C. chegou a Grécia continental nova leva de indoeuropeus chamados dórios que segundo uma tradição apresentada por Braudel (2001) e Snell (1993) vieram acompanhados pelos heráclidas, lendários descendentes do herói Hércules que haviam sido desalojados da Grécia pelos micênicos. Tal invasão foi identificada em documentos em escrita cuneiforme provenientes da cidade hitita de Hattusa, conforme informa Harden (1962) em fenício, da cidade de Biblo e em hieróglifos egípcios.

Fruto deste acontecimento gerou-se a destruição de todos os palácios micênicos da Grécia continental e Creta. Incendiados foram os de Micenas, Pilos, Cnossos e outros. Concomitantemente os reinos Hitita e Hurrita são destruídos pelos mesmos povos, o Levante foi assediado e apenas as cidades de Tiro e Biblo resistem e, finalmente “os povos do mar” foram detidos no Egito, que por duas vezes impediu por meios militares o avanço deles, conforme atesta Harden (1962).

Tal estado de coisas alterou totalmente o eixo político-econômico da região. O Egito enfraquecido pela resistência reduziu seu campo de influência no Levante e firmou acordo com “os povos do mar” de estabelecê-los na fronteira com a Líbia, eliminando assim a incômoda presença dos beduínos e berberes que assolavam a região. O império Hitita e o Hurrita foram totalmente destruídos. O Micênico desapareceu no silêncio obscuro da história e as cidades fenícias assumiram gradativamente o controle do comércio iniciando um rico período de autonomia político-administrativa, expansão, colonização e desenvolvimento técnico-comercial por todo o Mediterrâneo. Sua existência é comprovada por Snell (1992), Braudel (2001) e Harden (1962).

Nas cinzas dos palácios incendiados, a própria escrita (Lineares A e B) desapareceram. Por mais de quatrocentos anos a Grécia continental e Creta ficaram privadas da escrita. Este período é conhecido como “séculos obscuros”, conforme Burkert (1993) nos informa. Tal denominação também é conferida a este período devido à escassez de outros restos materiais, como por exemplo: toda a grande arquitetura de pedra foi

interrompida, as artes pictórica e plástica, mesmo as figuras mais simples de argila desapareceram durante certo tempo. Houve um forte retrocesso da população destas regiões!

O declínio do século XII a.C. abrangeu o Peloponeso e a Grécia Central, enquanto a Ática Oriental e as ilhas a princípio não foram afetadas. A região da Aquéia e a Norte do Peloponeso tornou-se provisoriamente, um espaço de refúgio da cultura micênica, conforme informa Burkert (1993). Porém, segundo o mesmo autor, numa segunda leva de dórios, apenas a Ática, em especial a cidade de Atenas, conseguiu resistir à destruição total. Seus refugiados passaram por mar para as costas da Ásia Menor e fundaram várias colônias.

O que ocorreu ao homem do mundo micênico? Com a destruição dos palácios, Vernant (1988) informa que se estabeleceu uma verdadeira crise da soberania, à par de amplo período de miséria e doenças. Com os dórios surgiram inovações como: 1 - a alteração política de uma vasta área de influência que foi do Peloponeso até Rhodes; 2 - a introdução da metalurgia do ferro; 3 - a incineração dos cadáveres; 4 - transformação no fabrico de cerâmica que envolveu o abandono dos temas da vida animal e vegetal por uma decoração geométrica, o chamado “estilo protogeométrico”, conforme atestam Vernant (1988), Burkert (1993) e Horta (1970).

Burkert (1993, p. 26) afirma que Atenas foi “... o único foco de resistência efetiva contra os dórios, em torno de 1.050 a.C. teria sido foco irradiador de tal estilo.” Criação esta que foi tão importante que Vernant (1988, p. 16) chega a afirmar citando T. B. L. Webster, que: “... com isso, houve uma verdadeira revolução, enquanto Burkert (1993, p. 26) sugere que “nesse momento, o diploma de nascimento da Grécia havia sido criado.”

Em que sentido podemos entender Burkert e Vernant? Segundo Vernant (1988, p. 38) citando Webster:

“[...] ao ser introduzida pelos atenienses, essa técnica de fabrico de cerâmica, que em si, é uma arte despojada e reduzida ao essencial, reconhece-se uma atitude de espírito que marca igualmente as outras inovações do mesmo período, quais sejam: os homens tomaram consciência de um passado separado do presente, isto é, diferentemente dele, a Idade do bronze, Idade dos Heróis, contrasta drasticamente aos tempos novos, votados para o ferro; o mundo dos mortos distanciou-se, separado do mundo dos vivos, devido à prática da cremação que partiu o liame do cadáver com a terra; uma distância insuperável se estabelece entre os homens e os deuses, pois com a desapareção do *wánax*, o rei divino, o único contato possível com os olímpicos é através dos deuses *epiktônios*, através da *hestia*.”

Ou seja, nos dois planos do real, toda uma série de domínios sofreu uma delimitação mais rigorosa e preparou a obra de Homero, que no seio mesmo da religião,

tendeu a afastar o mistério. Que transformações sociais diretamente repercutiram nos esquemas de pensamento durante os “tempos obscuros” da Grécia? Segundo Vernant (1988, p. 45), foram: “... no âmbito da língua, da política, da guerra, da religião e da arquitetura urbana.”

A língua, tanto nos minóicos como nos micênicos que havia longo tempo já travavam conhecimento com povos orientais, dentre eles os Fenícios ou Cananeus localizados no Levante, Oriente Próximo e em especial na ilha de Chipre, onde se desenvolveu uma cultura micênico-cipriota, na de Rhodes que a esta mistura acrescentou elementos hititas e, nas cidades como Tiro e Biblo. Esse povo, de origem semita de tronco linguístico diferente do indo-europeu, muito influenciado pelo Egito, Babilônia, reino Hitita e em íntima relação com os Judeus, com os quais, conforme narra Harden (1962, p. 53), “... estiveram unidos em diversas ocasiões como, por exemplo, a campanha de 970-36 a.C., quando o rei Hierão, o grande, de Tiro, foi aliado do rei David e Salomão contra os Filisteus.”

Eles tiveram ampla expansão devido ao comércio que segundo consta se deu conforme a seguinte sequência: a partir de Chipre entre os séculos XV e XIV a. C., juntamente com os micênicos em Rhodes. Nas cidades de Caneiros e Ialisos, sucedendo os micênicos em Creta entre os séculos IX e VIII a. C, como relata Horta (1970, p. 68) na Sicília, no século VIII a. C. Na África, no século XII a. C. Na Itália, no século VIII a. C., em Malta, no século VIII a.C., na Sardenha, no século IX a. C., nas Baleares, no século V a. C. e na Espanha, entre os séculos XII e VIII a. C.

Deste intenso contato comercial sua língua foi exportada para diversos pontos do Mediterrâneo influenciando diversos povos. Ela derivava de um velho idioma semita do grupo cananeu, muito semelhante ao hebreu falado pelos israelitas e moabitas, como se vê na pedra de Mesha, segundo Harden (1962). Num primeiro momento, sua escrita monumental como cursiva era semelhante à hebraica e segundo o mesmo autor era um alfabeto escrito na vertical. A forma das letras fenícias foi estandardizada por volta do século X a. C. e foram trazidas para o Ocidente por colonos, conforme informa Harden (Idem).

Horta (1970, p. 80) atesta que existem divergências entre autores quanto à época de aquisição do alfabeto fenício pelos gregos. As estimativas flutuam entre os séculos XIII ao VIII a. C. Porém, afirma ela que: “... de acordo com as lições da epigrafia, o século mais provável do empréstimo alfabético é o século IX a.C.” Segundo Snell (1992, p. 43) indica:

[...]os vinte sinais desse alfabeto correspondem unicamente a consoantes que são tal como se sabe a arquitetura essencial das línguas semitas. Quando os gregos copiam o alfabeto, faltar-lhes-ão sinais que correspondam às vogais, para que sua língua fosse escrita de um modo inteligível.

Para Horta (1970, p. 86), ao adotarem a escrita consonântica semítica, os gregos realizaram uma dupla façanha: “... alteraram o valor de certos sinais do alfabeto semítico ... e, depois conceberam a **fissão da sílaba** [grifo nosso], decompondo-a em consoantes e vogais.” Assim procedendo, os gregos romperam com as tradições de representação gráfica denominada pelos autores de *egéias* do tipo silábico. Logo, de Micenas a Homero ocorreu uma mudança significativa do vocabulário e no modo de dizer o real, os termos que subsistiram não mantiveram o mesmo valor, não houve continuidade entre os mundos micênico-homérico, conforme informa Vernant (1988).

Na política com o desaparecimento do *wánax* permitiu que subsistissem lado a lado as duas forças sociais restantes, isto é, as comunidades aldeãs e a aristocracia guerreira que detinham igualmente, como privilégio de *genos*, certos monopólios religiosos. Surgiram entrechoques entre esses grupos que geraram uma espécie de “sabedoria” humana que apareceu no século VII a. C, ligada a personagens lendários e estranhos denominados “Sábios”. Essa sabedoria objetiva no universo espiritual humano, os problemas do poder, suas formas, foram componentes que acabaram por ser reformatados segundo as possibilidades nessa nova maneira de real que se apresentou à sociedade grega em gestação.

O rei não só mudou de nome, mas de natureza. “Em Atenas, único lugar da Grécia em que não houve interrupção com a época micênica de maneira brutal, já constatava a divisão do poder religioso e militar ...” conforme assevera Vernant (1988). *O basileu detinha o poder religioso e o polemarca, o militar.* À imagem do *wánax* surgiu a ideia de um rei com funções sociais especializadas e cujo ajustamento criou problemas de equilíbrio para a sociedade. A comunidade passou a apoiar-se sobre o conflito de interesses divergentes. O espírito de *agon* (combate) conturbou as famílias. Os antigos modos de guerrear ainda perceptíveis na *Iliada* e *Odisséia* (HOMERO, 1970; 1971), qual o carro, desapareceram completamente, bem como tudo o que implicava a centralização política segundo as características da realeza micênica. Mas o cavalo ainda assegurou ao guerreiro certa dignidade e caráter excepcional definindo-o como “uma elite ao mesmo tempo em que uma aristocracia da terra,” como informa Vernant (1988, p. 28).

Na religião cada *genos* se afirmou como senhor de certos ritos, possuidor de

fórmulas e de narrativas secretas, de símbolos divinos especialmente eficazes que lhes conferiam poderes e títulos de comando. Todo o domínio do pré-jurídico que governa as relações entre as famílias, constituiu uma espécie de *agon*, um combate codificado e sujeito a regras em que se defrontam grupos. Na arquitetura urbana as construções não eram mais agrupadas como antes, em torno do palácio real e cercadas de fortificações. A cidade estava centralizada na *agora* (praça), espaço comum, sede da *Hestia Koiné*, espaço público em que eram debatidos os problemas de interesse geral.

Vernant (1988, p. 49) informa que é a própria cidade que se cerca de muralhas, protegendo e delimitando em sua totalidade o grupo humano que a constitui. No conjunto dessas mudanças eis que surge a *polis*, ou cidade-Estado, definida por Vernant (Idem) como “o universo espiritual do homem grego”. Em que sentido podemos entendê-lo?

O desaparecimento do *wanax* colocara problemas aos homens que implicavam a discussão do estatuto da vida social e as relações de poder. Tal inovação não foi gratuita. Ela foi possível apenas na medida em que já havia uma base da comunidade aldeã e da aristocracia guerreira para o diálogo se desse. Quais foram as instituições que possibilitaram tamanha modificação? No âmbito da aldeia a *gerusia*, que por meio de representantes das casas mais importantes se reunia para discutir as questões de interesse geral, mediadas pelo *basileu* e pelo *korete*. Os guerreiros se reuniam em campanha, para decidirem assuntos pertinentes à guerra ou dividir o *butim*.

Nas duas instituições são notáveis duas situações: a primeira é que apenas os chefes das casas e os chefes militares falavam na assembleia dos iguais; a segunda é que o restante do povo acompanhava em silêncio e, quando muito, dava o seu assentimento ou desgosto através de rumores. O direito à palavra na assembleia foi prestígio de poucos nesse momento, mesmo porque era uma prerrogativa específica daqueles que foram preparados para lidarem com a alta administração do palácio. Com a desaparecimento do *wanax* a instituição permaneceu e após os primeiros choques entre os grupos remanescentes, a palavra surgiu como veículo de possível contato entre eles, com estatutos institucionais diferenciados, embora interdependentes.

A *sophia* humana à qual nos referimos acima, aquela que possibilitou a abertura do canal de comunicação do aldeão ao guerreiro, abriu também a perspectiva da disputa oratória no campo político. Esta se transformou em *agon*, uma disputa discursiva, um combate de argumentos cujo teatro era a *agora*. Isso foi um acontecimento extraordinário e

marcante na vida dos gregos, pois a palavra antes divina e eficiente, enquanto modo de expressão de um deus, o *wánax*, cultivada zelosamente pelos escribas em sua forma escrita foi laicizada lentamente e, embora privilégio dos iguais, abriu à comunidade humana uma nova dimensão existencial.

“Os que se medem pela palavra formam nessa sociedade hierarquizada um grupo de iguais”, conforme informa Vernant (1988, p. 82) consolidou o aspecto igualitário no seio da concepção agonística da vida social e foi um dos traços que marcou a mentalidade da aristocracia, contribuindo para dar à noção do poder, um conteúdo novo, fundado em todas as transformações sociais realizadas até o momento. O poder não poderia pertencer a alguém exclusivamente à participação dos iguais, pois a nova concepção de Estado se descaracterizou da noção do privado e esvaiu-se dentre as mãos dos *genos*. Logo, tornou-se uma questão coletiva.

Vernant (1988, p. 84) nos diz que “o aparecimento da polis constitui na história do pensamento grego, um acontecimento decisivo”. Ela apareceu entre os séculos VIII e VII a.C. e, desde então, a vida social e as relações entre os homens tomaram uma nova forma cuja originalidade é sentida até hoje. No que constituiu a criação da *polis*? A *polis* ou cidade-Estado, segundo Barker (1993, p. 57) é: “uma sociedade ética”, compreendida, conforme Coulanges (1998, p. 29) “... não uma reunião de indivíduos, e sim uma confederação de grupos preexistentes”. Suas características são: 1 – do ponto de vista formal, a tripartição do governo em uma ou mais assembleias, um ou mais conselhos e certo número de magistrados; 2 – a participação direta do cidadão no processo político; 3 – a inexistência de uma separação absoluta entre os órgãos de governo e de justiça, e o fato da religião e os sacerdócios integrarem o aparelho do Estado, conforme informa Coulanges. Nesta medida, o que implica o surgimento da *polis*? Segundo Vernant (1988, p. 120):

[...] uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os instrumentos do poder. Ela se torna o instrumento do poder por excelência. Os gregos fazem dela uma divindade, *Peithó*, a força da persuasão que, em certa medida, lembra a eficácia das palavras e das fórmulas em certos rituais religiosos, ou o valor atribuído aos “ditos” do rei quando pronunciava soberanamente a *themis* (lei divina ou moral).

É interessante notar que tal uso da palavra só se deu após as transformações sociais descritas e com a importação do alfabeto fenício que, criando uma forma específica de se expressar na língua grega e reintroduzindo a forma escrita em nova formatação, de maneira mais rigorosa e eficiente deu publicidade e fixidez na *polis* ao que era de interesse público.

No entanto, a língua tomou formas variantes, quais sejam: o Jônico, o Ático, o Eólio e o Dórico no período clássico e o curioso dessa partição dialetal é ressaltado por Horta (1970, p. 95) conforme segue:

[...] pode-se dizer que, para cada **gênero literário grego**, formou-se uma **língua própria**, adaptada ao ritmo poético e também ao conteúdo significativo das obras em que era empregada cada modalidade idiomática, sem levar em consideração o dialeto nativo dos escritores.

Dessa maneira percebe-se uma relação estreita entre a política e o *logos* (palavra, discurso), uma vez que a arte política é essencialmente exercício de linguagem e o *logos*, na origem toma consciência de si mesmo, de suas regras, de sua eficácia através da função política.

Com essa nova função da palavra deu-se a plena publicidade às manifestações sociais. Por ela, que moldou o quadro da cidade, o instrumento da vida política, forneceu no plano intelectual o meio de uma cultura comum e permitiu uma completa divulgação de conhecimentos previamente reservados ou interditos que se encontravam no âmbito das famílias que se diziam com origem divina ou semidivina como fórmulas, estátuas objetos de culto etc.

Que outras mudanças essa nova função da palavra introduz? Na educação, ao lado da recitação decorada de textos de Homero, Hesíodo e outros poetas a escrita gradualmente tomou espaço como elemento constituinte da *paidéia* (educação) grega, as leis foram escritas e, dessa maneira fixadas, a *polis* confiscou ao sacerdócio os segredos religiosos que davam prestígio e poder divinos às famílias e a cidade os transformou em culto oficial. Houve perda de características dos símbolos de poder eficaz e estes se tornaram “imagens” como nos informa Vernant (1988).

Nesse ponto do artigo tona-se necessário investigar uma característica especial do homem grego quanto à função da palavra em sua língua, em seus processos cognitivos, procurando compreender o processo interativo que se dava no ato comunicacional.

Segal (1994, p. 213) nos informa que “os gregos era um povo de espectadores. De caráter curioso por natureza, em relação aos outros, eram muito atentos às diferenças entre eles e os demais ...” que nominavam de “bárbaros”, isto é, não gregos. Diz ainda que eram bons observadores e hábeis narradores. Heródoto *apud* Segal (1994, p. 214) informa sobre a história de Candoules, o que segue: “... os homens creem menos naquilo que ouvem do que naquilo que veem”. Ou seja, segundo Heródoto os gregos efetivamente eram **espectadores**

**do próprio poder da visão.** Prova disso é a narrativa de Homero e Hesíodo que estimulam seus leitores a mais e mais ampliarem a “imaginação visual”, conforme se lê em Segal (Idem):

*Apòdeixis* (exposição, descrição) é o que interessava a Heródoto, Homero e Hesíodo, objetivando a conservação dos grandes feitos dos homens, de maneira que suas palavras fossem uma espécie de monumento aos heróis de suas estórias.

Dessa maneira, para Segal (1994, p. 215):

[...] a história de Heródoto seria a materialização escrita do que o poeta oral conservava verbalmente dos grandes feitos através da visão e do ouvido. Todo monumento, ainda que ‘visível de longe’, não pode falar. Precisa da voz de um homem, e neste caso, o poeta serve-se das palavras pronunciadas para materializá-lo diante dos olhos dos ouvintes. O monumento que não possua essa voz, não pode ser recordado, não tem uma história para contar, não tem *kleos* (fama, que vem de *klein*, ouvir) a que os homens possam “dar ouvidos” nos tempos futuros. No entanto, essa função da “audição” como mecanismo de controle social é apenas uma pequena parte da experiência acústica ligada à poesia épica. Homero e Hesíodo insistem na doçura e na limpidez da voz e da lira. O canto, as narrações e a audição das narrações constituem uma parte importante da intriga da Odisséia.

A sobrevivência na memória depende do que se ouviu. Na poesia épica, porém, como na tragédia é a “vista” que permite a representação mais vigorosa e articulada das emoções. Como observa-se, após a fundação da *polis* a cultura oral, enquanto fruto da tradição oriunda dos “tempos obscuros”, caminhou a par com a nova cultura da escrita, pública e igualitária. No entanto, a comunidade manteve-se profundamente enraizada na poesia em sua função comunitária do canto e da narração no âmbito cultural, recitada em diversas ocasiões. Daí a tragédia e a comédia terem assumido essa função social que se perpetuou em sua atuação cognitiva, transformando-se em verdadeiras exposições de ordem social, tornadas “visíveis” perante a multidão reunida nos teatros. Tal atitude é típica de uma sociedade oral, onde normas e ideias têm a sua personificação em situações concretas, visíveis e exequíveis por todos, como nos informa Segal (1994).

Dar-se-á continuidade à discussão na segunda parte desse artigo no próximo número do *NEARCO*.

## REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. *Memórias do Mediterrâneo: pré-história e Antiguidade*. Rio de Janeiro: Multinova, 2001.

BURKERT, W. *Religião grega na época arcaica e clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,

1993.

CORNFORD, F. M. *Principium sapientiae: as origens do pensamento filosófico grego*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

COULANGES, F. de . *A cidade antiga* . São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HARDEN, D. *Os fenícios* . Lisboa e Cacém: Verbo, 1962.

HOMERO . *Odisseia* . Rio de Janeiro: Ediouro, 1971.

\_\_\_\_\_. *Ilíada* . Rio de Janeiro: Ediouro, 1970.

HORTA, G. M. P. *Os gregos e seu idioma* . Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

JOFFILY, S. B. *Comunicação pessoal*. Aulas da disciplina de Bases Conceituais de Neuropsicologia Cognitiva no programa de Pós-graduação *stricto sensu*, mestrado em Cognição e Linguagem da UENF . Campos dos Goytacazes: UENF, 2005.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem* . São Paulo: Cortez, 2000.

MONDOLFO, R. *O homem na cultura antiga: a compreensão do sujeito humano na cultura antiga* . São Paulo: Mestre Jou, 1970.

SEGAL, C. “O ouvinte e o espectador” In VERNANT, J.-P. (Org.). *O homem grego* . Lisboa: Presença, 1994.

SNELL, B. *A descoberta do espírito*. Lisboa e Rio de Janeiro: Edições 70, 1992.

STRAUSS, C. L. *Antropologia estrutural* . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

TAYLLE, Y. de la; OLIVEIRA, M. K. de & DANTAS, H. *Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: USP, 1992.

VERNANT, J.-P. *Mito e pensamento entre os gregos* . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *As origens do pensamento grego* . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Recebido em fevereiro de 2015; aceito em maio de 2015